

**AGENDA  
ESTRATÉGICA  
2010 - 2015**

**BORRACHA NATURAL**



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Secretaria Executiva

# Agenda Estratégica

---

2010 - 2015  
Borracha

## **Missão Mapa**

*Promover o desenvolvimento sustentável e  
a competitividade do agronegócio  
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF  
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.  
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 50 exemplares

**Ano 2011**

**Elaboração, distribuição, informações:**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

**Central de Relacionamento:** 0800 704 1995

**Coordenação Editorial:** Assessoria de Comunicação Social

**Equipe técnica:**

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Francisca Leôncio de Sales Mendes

Marcos Gilberto Maia Bizerra,

Ruben Bezerra Oliveira

Carmen Santos

*Impresso no Brasil / Printed in Brazil*

Catálogo na Fonte  
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Borracha / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Executiva. – Brasília : Mapa/ACS, 2011.

50 p. (Agenda Estratégica 2010 – 2015)

1. Borracha. 2. Agricultura. I. Secretaria Executiva. II. Série.

AGRI 2400  
CDU 633.91

# INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais, como permitem pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, as chamadas questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 26 de Novembro de 2009, quando o plenário da 13ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo sob a coordenação da CGAC- Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA.

Já no dia 27 de Novembro de 2009, foi realizada a primeira reunião do grupo em um dia inteiro de trabalho, ocasião em que, por meio de metodologia adequada, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 12 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-Geral das Câmaras promoveu um trabalho de organização e sistematização desse conjunto de propostas, por Temas, Itens de Agenda e algumas Diretrizes. Esse trabalho foi conduzido de forma a agrupar esse conjunto de propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados nas próximas reuniões da Câmara Setorial e ou outras deliberações pertinentes. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica o Grupo de Trabalho

voltou a se reunir com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

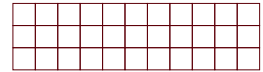
A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial, que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões. Providência seguinte foi submetê-la a discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos integrantes da Câmara Setorial foram e serão consideradas. Sendo observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Camaras Setoriais, no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.



## Objetivos

---



A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

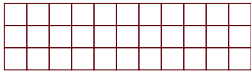
- (1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- (2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- (3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizarão a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.

## Grupo de Trabalho

---

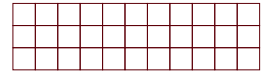
- Gustavo Firmo - SPA/MAPA
- Heiko Rosmann - ABAPOR
- Humberto Lobo Pennachio - CONAB
- José Luiz Fagundes dos Santos - COOPERNERDE
- José Fernando Canuto Benesi - SAA/SP
- Marcello Tournillon Ramos - FIRJAN
- Marcelo Luis Del Grande Pricoli - ANIP
- Ademar Araújo Queiroz do Valle - ABIARB



## Membros da Câmara

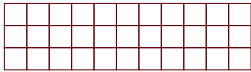
---

- **Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN**  
Presidente: Marcello Tournillon Ramos
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**  
Consultor Especial: Ailton Vitor Pereira
- **Ministério da Agricultura/ Secretaria Executiva**  
Secretario da Câmara: Manoel Galvão Messias Júnior
- **Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - ABRACEN**  
Titular: Jusmar Chaves  
Suplente: João Alberto Paixão Lages
- **Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha - ABIARB**  
Titular: Ademar Araújo Queiroz do Valle  
Suplente: Laís Corrêa de Mello
- **Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos - ANIP**  
Titular: Eugênio Carlos Deliberato  
Suplente: Marcelo Luis Del Grande Pricoli
- **Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha - APABOR**  
Titular: Jayme Vazquez Cortez  
Suplente: Heiko Rossmann
- **Associação dos Produtores de Borracha Natural do Brasil - APBNB**  
Titular: Armando Teixeira Soares  
Suplente: Paulo Sergio Botelho Soares

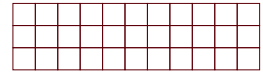


- **Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER**  
Titular: Ademir Batista Almeida  
Suplente: Luís Martins Fernandes
- **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC**  
Titular: Adonias de Castro Virgens Filho  
Suplente: José Raimundo Bonadie Marques
- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**  
Titular: Moisés Alvino Covre  
Suplente: José Manoel Monteiro de Castro
- **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**  
Titular: Humberto Lobo Pennacchio  
Suplente: Ianelli Sobral loureiro
- **Cooperativa dos Produtores de Borracha do Espírito Santo - COOPBOR**  
Titular: Emir de Macedo Gomes Filho  
Suplente: João Maurício Rutowitsch Rodrigues
- **Cooperativo Ouro Verde Bahia -COOPERVERDE**  
Titular: José Luiz Fagundes dos Santos  
Suplente: José Negrão Roza
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**  
Titular: Ailton Vitor Pereira  
Suplente: Paulo de Souza Gonçalves
- **Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP**  
Titular: José Cadêo  
Suplente: Jose Roberto Guilherme





- **Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO**  
Titular: Phelippe Carty  
Suplente: Gerard Anne Marie Joseph Bückiau
- **Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN**  
Titular: José Mário de Oliveira Ramos  
Suplente: Marcello Tournillon Ramos
- **Cooperativa dos Seringalistas do Espírito Santo - HEVEACOOB**  
Titular: Geraldo Rocha  
Suplente: Pedro Inácio Wandekoken
- **Instituto Agronômico de Campinas - IAC**  
Titular: Paulo de Souza Gonzalves  
Suplente: Adriano Tosoni da Eira Aguiar
- **Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR**  
Titular: André Luiz Medeiros Ramos  
Suplente: Jomar da Paes Pereira
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Política Agrícola - MAPA/SPA**  
Titular: Gustavo Henrique Marquim Firmo de Araújo  
Suplente: João Antônio Fagundes Salomão
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA**  
Titular: Helbert Danilo Sá Freitas  
Suplente: Nilton Pinho de Bem
- **Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB**  
Titular: Júlio Carlos de Arruda  
Suplente: Flávia de Andrade Zerbinato Martins



- **Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento de São Paulo - SAA/SP**  
Titular: José Fernando Canuto Benesi  
Suplente: Afonso Pedro Brioschi
- **Secretaria de Estado Agricultura, Abastecimento e Pesca do Espírito Santo - SEAG/ES**  
Titular: Pedro Arlindo Galvêas  
Suplente: Sirval Perim
- **Sociedade Rural Brasileira - SRB**  
Titular: Clóvis Ferreira Moraes Jr.  
Suplente: Cesário Ramalho da Silva
- **Universidade de São Paulo - USP**  
Titular: Marcos Silveira Bernardes  
Suplente: Silvio Moure Cícero

## Coordenação dos Trabalhos

---

**CGAC – Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA**

**Equipe:** Aginaldo José de Lima  
Paulo Marcio Mendonça Araujo  
Manoel Galvão Messias Junior  
Joana Vieira  
Leandro Pires B. de Lima



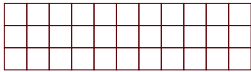
# 1. ESTATÍSTICAS



## Levantamento das áreas de produção agrícola

### Diretrizes:

1. Definir de metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
2. Definir lavouras de cultivo, em produção e em implantação.
3. Considerar os levantamentos de viveiros de mudas e jardins clonais, com definição dos clones utilizados
4. Utilizar as experiências da CATI / Secretaria de Agricultura de São Paulo, envolvendo a participação das instituições estaduais de extensão rural
5. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
6. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente
7. Estabelecer convênios de cooperação técnica com instituições públicas e ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua



## Levantamento de safras e eventos ocasionais

### Diretrizes:

1. Aprimorar e aperfeiçoar os trabalhos da CONAB
2. Estabelecer convênios de cooperação técnica com Instituições de pesquisa, extensão rural, universidades, associações e cooperativas de produtores, para realizar trabalhos de campo.
3. Realizar trabalhos de verificação e auditoria por amostragem, a fim de validar os serviços prestados, nas regiões que satisfatoriamente estejam atendidas por convênios de cooperação técnica, segundo critérios da CONAB.
4. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva, transparente e integrada às entidades conveniadas

## Levantamento dos custos de produção

### Diretrizes:

1. Aprimorar os trabalhos da CONAB, Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades e demais instituições afins com relação a metodologias e procedimentos.
2. Estabelecer convênios com cooperativas, associações, instituições de extensão, pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações *"in loco"*.



## Levantamento do parque de produção industrial

---



### Diretrizes:

1. Avaliar a capacidade de processamento utilizando dados do CNAE; Levantamento da Capacidade Instalada e da Produção Anual, discriminando Látex e Borracha Seca
2. Estabelecer convênio de cooperação técnica da CONAB / APABOR
3. A CONAB como órgão oficial do Governo para divulgação da estatística.

## Levantamento do Consumo Interno

---

### Diretrizes:

1. Identificar o consumo para Pneumáticos, Artefatos Leves, Látex, Compostos Elastoméricos.
2. Firmar convênios de cooperação técnica da CONAB e Entidades Privadas do Setor
3. Estabelecer a CONAB como órgão oficial do Governo para divulgação da estatística.





### Rede de PD & I da Heveicultura

---

#### Diretrizes:

1. Utilizar como base da criação e implantação da rede o programa elaborado pela Embrapa com 61 pesquisadores e 18 instituições
2. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia

### Programa Nacional de PD & I da Heveicultura

---

#### Diretrizes:

1. Elaborar ou revisar o projeto projeto Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Heveicultura (RNPDH) articulado pela Embrapa (PA) de modo a contemplar os seguintes itens:
  - a. Testar clones em parceria publico privada
  - b. Revisar, estender e detalhar o zoneamento agroclimático
  - c. Pesquisar fatores que implicam na obtenção de determinadas especificações
  - d. suas melhorias
  - e. Utilização da Madeira
  - f. Sequestro de Carbono
  - g. Controle de pragas





- g. Novas técnicas de produção de mudas
- h. Praticar ações de captação de recursos disponíveis no âmbito do Governo para pesquisa, desenvolvimento e inovação
- i. Desenvolver novos produtos e aplicações derivados da borracha
- j. Contemplar no concurso da EMBRAPA profissionais voltados para heveicultura
- k. Sócio economia

## Clones Malaios

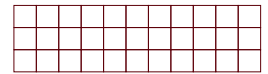
---

### Diretrizes:

- Providenciar o repatriamento de clones Malaios, promovendo ações junto ao Ministério de Relações Exteriores, envolvendo a Secretaria de Relações Internacionais do MAPA

# 3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(Capacitação, Difusão e Extensão)



## Plano Nacional de Capacitação e Extensão Rural da Heveicultura

---

### Diretrizes:

1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas - Utilizar os programas elaborados pela Embrapa;
2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa e Financeira;
3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão de Obra em todas as operações de manejo, com foco especial na Capacitação de Sangradores;
4. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais
5. Estabelecer convênios com SEBRAE, Emater, SENAR, CATI, SDC, Denacoop, Instituições Privadas;
6. Elaborar Programa de Difusão e Extensão de aplicação sistemática e permanente;
7. Definir estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão;
8. Consultar , analisar e avaliar o programa elaborado pela Embrapa para aproveitamento;



9. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc. ; / Gestão através de comitê gestor, com coordenação executiva; / Na capacitação de gestão administrativa, financeira, contemplar temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual com aplicação proporcional segundo a participação de cada Estado na produção nacional; / Criação de incentivos, exemplo, redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários; / Aferição de desempenho, com auditoria de execução;
10. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor;
11. Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática;
12. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência;
13. Avaliação anual pela Câmara Setorial;



## Aplicação da Legislação sobre “minor crops”

---

### Diretrizes:

1. Definir com os técnicos responsáveis os produtos necessários, enquadrados nessa categoria.

## Marcos Regulatórios

---

### Diretrizes:

- Elaborar em parceria com MAPA, marco regulatório de definição de padrões oficiais de qualidade da borracha no campo.

## Fiscalização e controle

---

### Diretrizes:

1. Implementar o convênio SUASA - Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária;
2. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização do Mapa e suas superintendências;
3. Adequar e harmonizar metodologias de fiscalização;
4. Consultar o projeto elaborado pela Embrapa;



# 5. MARKETING & PROMOÇÃO



## Programa de Marketing Institucional da Heveicultura

---

### Diretrizes:

1. Consultar o programa elaborado pela Embrapa;
2. Promover a Heveicultura como atividade rentável e sustentável, com finalidade de promover seu crescimento;
3. Enfoque em atrair mais investimentos no cultivo;
4. Promover a Heveicultura no meio acadêmico com participação em eventos anuais de Universidades e Escolas técnicas;
5. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor;
6. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais;



# 6. GESTÃO DA QUALIDADE



## Programa de Produção Integrada da Heveicultura - PIH

---

### Diretrizes:

1. Construir programa no âmbito dos programas SAPI do MAPA;





# 7. CRÉDITO E SEGURO



## Adequação de financiamentos oficiais existentes

---

### Diretrizes:

1. Adequações do PRONAF Seringueira;
2. Elaborar estudos da relação do custo de subvenção de equalização de juros versus custos de incentivos diretos aos setores via Propflora e Fundos Constitucionais;
3. Adequar limites, prazos, carências, taxa de juros nos financiamentos de custeio;

## Reformulação do Credito rural Oficial

---

### Diretrizes:

1. Participar das discussões e apoiar ações que promovam a reformulação do credito agrícola oficial;

## Inclusão no Programa de subvenção governamental

---

### Diretrizes:

1. Verificar existência de subvenções que contemplem o setor, no âmbito da Silvicultura;
2. Promover divulgação junto aos produtores da utilização do Seguro;



# 8. GOVERNANÇA DA CADEIA



## Entidade Representativa Nacional

### Diretrizes:

1. Fortalecer e consolidar uma instituição representativa nacional de todos os elos da cadeia;
2. Fomentar e disseminar a cultura Associativista;
3. Estudar a criação de um Fundo Setorial de fomento ao setor ;

## Serviço de Inteligência Competitiva

### Diretrizes:

1. Realizar estudos econômicos de viabilidade cultivo: Agricultura familiar; Pequeno, Médio e Grande Produtor e demais segmentos da cadeia;
2. Investigar modelos e práticas em outros países;
3. Investigar programas de apoio e fomento em outros países;
4. Cadastro Sócio-Ambiental de Seringais;
5. Levantamento da importação de borracha natural e seus subprodutos;
6. Construir um grande Banco de Dados, com informações de produção, preços nacionais e internacionais e demais informações;
7. Buscar envolvimento do SEBRAE para montagem do Serviço de Inteligência;

8. Elaborar estudos sobre relações trabalhistas / parcerias;
9. Definir “modus operandis” da constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva;
10. Diagnosticar estratégias conjuntas de fortalecimento do consumo nacional. Ex: análise de competitividade, restrição, barreiras para importação de pneumáticas e outros artefatos;
11. Elaborar estudos de formação de preço no Brasil;

## **Filiação do Governo Brasileiro ao IRRDB e IRSG**

Diretrizes:

## **Programa incentivo para Agricultura Familiar**

Diretrizes:

1. Estabelecer estratégias implementação e disseminação da Heveicultura na agricultura familiar incluindo e focando em assentamentos;
2. Reunir informações sobre todos os instrumentos de Política Agrícola para pequenos produtores;

## **Créditos de Carbono**

Diretrizes:

- Desenvolver metodologia de seqüestro de carbono pela Seringueira e validá-la cientificamente para apresentação ao IPCC e mercados voluntários

# 9. LEGISLAÇÃO



## Legislação Ambiental

---

Diretrizes:

1. Introduzir na legislação a condição de áreas com cultivo de seringueira serem aceitas como área de Reserva Legal;
2. Incluir na legislação do código florestal a possibilidade de utilização da seringueira em até 50% da área degradada (corredor ecológico, abrigo e alimento da fauna);

## Lei de Proteção de Cultivares

---

Diretrizes:

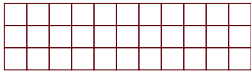
- Implementar ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil

## Legislação Trabalhista

---

Diretrizes:

1. Contemplar a questão dos menores aprendizes;
2. Adequar à legislação trabalhista à realidade do setor



## Legislação Tributária

---

### Diretrizes:

1. Diagnosticar a incidência de impostos na cadeia;
2. Reavaliar a questão do limite de crédito presumido para as Usinas (PIS/COFINS);
3. Implementar ações para obter os créditos acumulados de PIS/COFINS das Usinas;
4. Harmonizar as distorções do ICMS entre os Estados.

## Legislação de pneus usados importados

---

### Diretrizes:

1. Reavaliar a legislação existente sob os aspectos de impactos negativos na economia dos Pais e sua produção.

# 10. COMERCIALIZAÇÃO



## Acordos de Fornecimento Produtor-Usina

### Diretrizes:

1. Construir acordos comerciais para garantir a matéria-prima disponível para usinas e a comercialização da produção;
2. Inovar as relações comerciais;
3. Analisar modelos de integração de outras cadeias;

## Novos Mecanismos de comercialização

### Diretrizes:

1. Estudar novos mecanismos de comercialização e programas de subvenções do governo Federal em parceria com o MAPA

## Revisão do EGF

### Diretrizes:

- Revisar dos limites de EGF





# 11. MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE BENEFÍCIO



## Programa de Modernização do Parque de Benefício

---

### Diretrizes:

1. Elaborar diagnóstico do setor de beneficiamento visando a construção de um programa de modernização;
2. Construir programas de gestão da qualidade;
3. Criar linhas de financiamento para investimento com incentivos diferenciados;
4. Implantar programas de capacitação da mão de obra operacional do setor;
5. Elaborar programas de modernização da gestão;
6. Criar linhas de crédito para capital de giro (retirar do item financiamentos, a idéia é, viabilizar recursos para quem se enquadrar nos programas de modernização).



# 12. EXTRATIVISMO

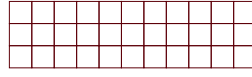


## Programa de Desenvolvimento do Extrativismo

---

### Diretrizes:

1. Diagnóstico da situação Sócio-Econômica do Extrativismo do estado do Acre;
2. Programa de Linha de Crédito para reabertura de estradas de seringa para os seringueiros;
3. Programa de Capacitação para os seringueiros..
4. Programa para fornecimento de utensílios;
5. Programa para realocação dos seringueiros ;
6. Consolidação das Tecnologias em andamento (FDL, Látex In natura, CVP)

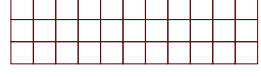


# Agenda Estratégica da Borracha Natural

Diretrizes	
Tema	Item
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento das áreas de produção agrícola
	1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
	2. Definir lavouras de cultivo, em produção e em implantação.
	3. Considerar os levantamentos de viveiros de mudas e jardins clonais, com definição dos clones utilizados
	4. Utilizar as experiências da CATI / Secretaria de Agricultura de São Paulo, envolvendo a participação das instituições estaduais de extensão rural
	5. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
	6. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente
7. Estabelecer convênios de cooperação técnica com instituições públicas e ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua	

Tema		Diretrizes	
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento de safras e eventos ocasionais	1. Aprimorar e aperfeiçoar os trabalhos da CONAB	
		2. Estabelecer convênios de cooperação técnica com Instituições de pesquisa, extensão rural, universidades, associações e cooperativas de produtores, para realizar trabalhos de campo.	
		3. Realizar trabalhos de verificação e auditoragem por amostragem, a fim de validar os serviços prestados, nas regiões que satisfatoriamente estejam atendidas por convênios de cooperação técnica, segundo critérios da CONAB.	
		4. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva, transparente e integrada as entidades conveniados	

Tema		Diretrizes	
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento do custo de produção	1. Aprimorar os trabalhos da CONAB, Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades e demais instituições afins com relação a metodologias e procedimentos.	
		2. Estabelecer convênios com cooperativas, associações, instituições de extensão, pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações “in loco” .	





Tema		Diretrizes	
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento do parque de beneficiamento	1. Avaliar a capacidade de processamento utilizando dados do CNAE; Levantamento da Capacidade Instalada e da Produção Anual, discriminando Latex e Borracha Seca	
		2. Estabelecer convenio de cooperação técnica da CONAB / APABOR	
		3. A CONAB como órgão oficial do Governo para divulgação da estatística.	

Tema		Diretrizes	
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento do Consumo Interno	1. Identificar o consumo para Pneumáticos, Artefatos Leves, Látex, Compostos Elastoméricos.	
		2. Firmar convenios de cooperação técnica da CONAB e Entidades Privadas do Setor	
		3. Estabelecer a CONAB como órgão oficial do Governo para divulgação da estatística.	

Tema		Diretrizes	
2. PD&I	Rede de PD & I da Heveicultura	1. Utilizar como base da criação e implantação da rede o programa elaborado pela Embrapa com 61 pesquisadores e 18 instituições	
		2. Sistematizar metodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia	

Tema	Item	Diretrizes
2. PD & I	Programa Nacional de PD & I da Heveicultura	<p>1. Elaborar ou revisar o projeto projeto Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Heveicultura (RNPDH) articulado pela Embrapa (PA) de modo a contemplar os seguintes itens:</p> <p>a. Testar clones em parceria publico privada</p> <p>b. Revisar, estender e detalhar o zoneamento agroclimático</p> <p>c. Pesquisar fatores que implicam na obtenção de determinadas especificações e suas melhorias</p> <p>d. Utilização da Madeira</p> <p>e. Sequestro de Carbono</p> <p>f. Controle de pragas</p> <p>g. Novas técnicas de produção de mudas</p> <p>h. Praticar ações de captação de recursos disponíveis no âmbito do Governo para pesquisa, desenvolvimento e inovação</p> <p>i. Desenvolver novos produtos e aplicações derivados da borracha</p> <p>j. Contemplar no concurso da EMBRAPA profissionais voltados para heveicultura</p> <p>k. Socio economia</p>



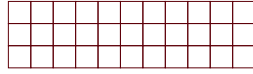




Tema	Item	Diretrizes
<p>3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)</p>	<p>PLANO Nacional de Capacitação e Extensão Rural da Heveicultura</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar Programa Especifico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas - Utilizar os programa elaborado pela Embrapa.</li> <li>2. Elaborar Programa Especifico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa e Financeira</li> <li>3. Elaborar Programas Especificos de Capacitação de Mão de Obra em todas as operações de manejo, com foco especial na Capacitação de Sangradores - FAT</li> <li>4. Elaborar Programa Especifico de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais</li> <li>5. Estabelecer convênios com Sebrae, Emater, SENAR, CATI, SDC, Denacoop, Instituições Privadas</li> <li>6. Elaborar Programa de Difusão e Extensão de aplicação sistemática e permanente</li> <li>7. Definir estrategias de captação de recursos publicos e privados disponiveis para capacitação, difusão e extensão.</li> <li>8. Consultar , analisar e avaliar o programa elaborado pela Embrapa para aproveitamento.</li> </ol>

Diretrizes	
Tema	Item
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	<p>9. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc.; / Gestão através de comitê gestor, com coordenação executiva; / Na capacitação de gestão administrativa, financeira, contemplar temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual com aplicação proporcional segundo a participação de cada Estado na produção nacional; / Criação de incentivos, exemplo, redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários; / Aferição de desempenho, com auditoria de execução;</p> <p>10. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor</p> <p>11. Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática.</p> <p>12. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência</p> <p>13. Avaliação anual pela Câmara Setorial</p> <p>12. Analisar as experiências da extensão privada existentes na Argentina e Chile</p>





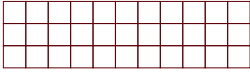
Tema		Diretrizes
4. DEFESA AGRÍCOLA	Aplicação da "Legislação sobre "minor crops"	Definir com os técnicos responsáveis os produtos necessários, enquadrados nessa categoria

Tema		Diretrizes
4. DEFESA AGRÍCOLA	Marcos Regulatórios	Elaborar em parceria com MAPA , marco regulatório de definição de padrões oficiais de qualidade da borracha no campo

Tema		Diretrizes
4. DEFESA AGRÍCOLA	Fiscalização e controle	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implementar o convenio SUASA - Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária</li> <li>2. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização do Mapa e suas superintendencias</li> <li>3. Adequar e harmonizar metodologias de fiscalização</li> <li>4. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização do Mapa e suas superintendencias</li> <li>5. Consultar o projeto elaborado pela Embrapa</li> </ol>

Diretrizes	
Tema	Item
5. MARKETING	Programa de Marketing Institucional da Cadeia Produtiva da Borracha Natural
	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Consultar o programa elaborado pela Embrapa</li> <li>2. Promover a cadeia produtiva da borracha natural como atividade rentável e sustentável, com finalidade de promover seu crescimento</li> <li>3. Enfoque em atrair mais investimentos no cultivo</li> <li>4. Promover a cadeia produtiva da borracha natural no meio acadêmico com participação em eventos anuais de Universidades e Escolas técnicas</li> <li>5. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor....</li> <li>6. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais</li> </ol>





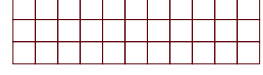
Tema		Item	Diretrizes
6. GESTÃO DA QUALIDADE	Programa de Produção Integrada da Heveicultura - PIH	Construir programa no âmbito dos programas SAPI do MAPA;	

Tema		Item	Diretrizes
7. CRÉDITO E SEGURO	Adequação de financiamentos oficiais existentes	<ol style="list-style-type: none"> <li>Promover adequações do PRONAF floresta para o cultivo da seringueira</li> <li>Elaborar estudos da relação do custo de subvenção de equalização de juros versus custos de incentivos diretos aos setor via Propflora e Fundos Constitucionais</li> <li>Adequar limites, prazos, carências, taxa de juros nos financiamentos de custeio</li> </ol>	

Tema		Item	Diretrizes
7. CRÉDITO E SEGURO	Inclusão no Programa de subvenção de seguro rural	<ol style="list-style-type: none"> <li>Verificar existência de subvenções que contemplem o setor, no âmbito da Silvicultura;</li> <li>Promover divulgação junto aos produtores da utilização do Seguro</li> </ol>	

Tema		Item	Diretrizes
7. GESTÃO DA QUALIDADE		Reformulação do Crédito rural Oficial	1. Participar das discussões e apoiar ações que promovam a reformulação do crédito agrícola oficial

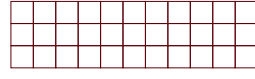
Tema		Item	Diretrizes
8 . GOVERNANÇA DA CADEIA		Entidade Representativa Nacional	<ol style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer e consolidar uma instituição representativa nacional de todos os elos da cadeia</li> <li>Fomentar e disseminar a cultura Associativista</li> <li>Estudar a criação de um Fundo Setorial de fomento ao setor</li> </ol>





Tema	Item	Diretrizes
8 . GOVERNANÇA DA CADEIA	Serviço de Inteligência Competitiva	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar estudos economicos de viabilidade cultivo: Agricultura familiar; Pequeno, Médio e Grande Produtor e demais segmentos da cadeia</li> <li>2. Investigar modelos e práticas em outros países</li> <li>3. Investigar programas de apoio e fomento em outros países</li> <li>4. Cadastro Sócio-Ambiental de Seringais</li> <li>5. Levantamento da importação de borracha natural e seus subprodutos</li> <li>6. Construir um grande Banco de Dados, com informações de produção, preços nacionais e internacionais e demais informações.</li> <li>7. Buscar envolvimento do Sebrae para montagem do Serviço de Inteligência</li> <li>8. Elaborar estudos sobre relações trabalhistas / parcerias</li> <li>9. Definir "modus operandis" da constituição e operação do Serviço de Inteligencia Competitiva</li> <li>10. Diagnosticar estratégias conjuntas de fortalecimento do consumo nacional. Ex: análise de competitividade, restrição, barreiras para importação de pneumáticas e outros artefatos</li> <li>11. Elaborar estudos de formação de preço no Brasil</li> </ol>

Tema		Diretrizes	
Item			
8 . GOVERNANÇA DA CADEIA	Filiação do Governo Brasileiro às entidades representativas internacionais	1. Solicitar refiliação do Brasil ao IRRDB para viabilizar o repatriamento de clones Malaios, promovendo ações junto à Secretaria de Relações Internacionais do MAPA.	
		2. Solicitar a filiação do Brasil ao IRSG	
		3. Solicitar a filiação do Brasil à ANRPC	
	Programa Incentivo para Agricultura Familiar	1. Estabelecer estratégias implementação e dissiminação da heveicultura na agricultura familiar incluindo assentamentos consolidados	
		2. Reunir informações sobre todos os instrumentos de Política Agrícola para pequenos produtores	
	Créditos de Carbono	Desenvolver metodologia de sequestro de carbono pela Seringueira e validá-la cientificamente para apresentação ao IPCC e mercados voluntários	





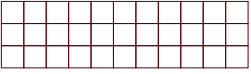


Tema	Item	Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Legislação Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introduzir na legislação a condição de áreas com cultivo de seringueira serem aceitas como área de Reserva Legal</li> <li>2. Incluir na legislação do código florestal a possibilidade de utilização da seringueira em até 50% da área degradada (corredor ecológico, abrigo e alimento da fauna)</li> </ol>
	Lei de Proteção de Cultivares	Implementar ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil
	Legislação Trabalhista	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Contemplar a questão dos menores aprendizes</li> <li>2. Adequar a legislação trabalhista à realidade do setor</li> </ol>
	Legislação Tributária	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diagnosticar a incidência de impostos na cadeia</li> <li>2. Reavaliar a questão do limite de crédito presumido para as Usinas (PIS/COFINS)</li> <li>3. Implementar ações para obter os créditos acumulados de PIS/COFINS das Usinas</li> <li>4. Harmonizar as distorções do ICMS entre os Estados</li> </ol>

Tema		Item	Diretrizes
10. COMERCIALIZAÇÃO	Acordos de Fornecimento	1. Construir acordos de longo prazo entre Produtor-Usina 2. Inovar as relações comerciais 3. Analisar modelos de integração de outras cadeias	
	Novos Mecanismos de comercialização	1. Estudar novos mecanismos de comercialização e programas de subvenções do governo Federal em parceria com o MAPA	

Tema		Item	Diretrizes
11. MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE BENEFÍCIO	Programa de Modernização do Parque de Benefício	1. Elaborar diagnóstico do setor de beneficiamento visando a construção de um programa de modernização	
		2. Construir programas de gestão da qualidade	
		3. Criar linhas de financiamento para investimento com incentivos diferenciados	
		4. Implantar programas de capacitação da mão de obra operacional do setor	
		5. Elaborar programas de modernização da gestão	
		6. Criar linhas de crédito para capital de giro ( retirar do item financiamentos, a ideia é, viabilizar recursos para quem se enquadrar nos programas de modernização)	





Tema	Item	Diretrizes
12. EXTRATIVISMO	Programa de Desenvolvimento do Extrativismo	1. Diagnóstico da situação Sócio-Econômica do Extrativismo do estado do Acre
		2. Programa de Linha de Crédito para reabertura de estradas de seringa para os seringueiros
		3. Programa de Capacitação para os seringueiros..
		4. Programa para fornecimento de utensílios.
		5. Programa para realocação dos seringueiros.
		6. Consolidação dasTecnologias em andamento ( FDL, Látex Inatura, CVP)



Secretaria  
Executiva

Ministério da  
**Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento**

G O V E R N O F E D E R A L  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Foto: Heiko Rossmann/Lateks



Secretaria  
Executiva

Ministério da  
**Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento**

G O V E R N O F E D E R A L  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA